Outubro de 2009

PETeleco

Volume 10
Edição 10

peteefeusp@hotmail.com

www.usp.br/eef/pet

A NOSSA RESPONSABILIDADE: OS JOGOS OLÍMPICOS NO BRASIL

Rafael Alan Lopes

Você já se deu conta? As notícias mais recorrentes na mídia em geral dizem respeito à violência, ao poder e à famigerada "perspicácia" do crime profissionalmente organizado da cidade do Rio de Janeiro. As constantes e conhecidas invasões das favelas, as chacinas, os acordos com traficantes, e acontecimentos como o recente abatimento de um helicóptero militar em uma manobra deveras audaciosa e no mínimo inteligente por parte dos indivíduos que estavam em solo compõem a natureza das informações que estão mais aos nossos olhos. Porém, o que ocorre com aquilo que de fato cabe a nós, ou seja, o projeto olímpico? A cortina de fumaça criada pela insegurança pública pode ser utilizada como uma égide para um planejamento que não venha a ser implementado de fato, para um super faturamento de contas, para uma ausência de reconhecimento da participação ativa da população na concretização das obras vislumbradas para os Jogos Olímpicos de 2016.

Do que afinal de contas estamos falando? Resumidamente, legado. Os Jogos Olímpicos historicamente deixam legados às cidades, aos países por onde eles passam. O que a priori deveria ficar não são apenas estruturas, construções "grandiosas", o legado pode e deve ser material, social, cultural, econômico e quem sabe, positivamente político. Os Jogos Pan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro foram postos sob forte maquiagem durante o momento em que ocorreram e ainda nos dias atuais existem investigações a respeito do uso indevido do dinheiro público, como denúncias de superfaturamento, de desvio de verbas, entre outros problemas que facilmente descobrimos em uma breve busca pela rede mundial de computadores. Alguém duvida que tudo isso pode acontecer de novo? Um evento de tal grandeza como os Jogos Olímpicos é certamente um momento em que se tem a oportunidade de exibir uma grande capacidade de organização e construção da imagem de um país ou cidade por meio do seu governo, em contrapartida, também pode ser o momento para acontecer algo não tão incomum no Brasil, o enriquecimento ilícito de uma elite.

A implementação de um projeto olímpico deve levar em conta as necessidades da população local. A construção de centros de práticas esportivas, estádios, bairro olímpico, enfim, estruturas que serão usufruídas pelas pessoas comuns assim que os jogos forem embora, é diretamente dependente das necessidades sociais da cidade que sedia os jogos. Para tanto, não basta apenas que se construam novas estruturas para servirem de palco ao evento, é necessário que se pense em como estas serão utilizadas pela população e se serão utilizadas, como será o seu acesso, manutenção e administração, entre outros fatores correlacionados. Tais ações dependem de recursos humanos especializados, devidamente treinados e preparados para executar esta importante tarefa.

Trata-se, portanto, de ir à contramão de obras como o estádio olímpico João Havelange, ou o complexo aquático Maria Lenk, que após os Jogos em 2007 se perderam nas complicações administrativas advindas de um planejamento não tão bem executado, por assim dizer. A continuidade no funcionamento eficiente, que sirva à população, que traga reais benefícios ao cidadão comum, que proporcione a tão falada boa qualidade de vida atualmente, é dependente dos passos que antecedem já a construção destes locais, assim como deve ser para toda e qualquer mudança estrutural que os Jogos venham a causar.

Desta forma, se faz necessário que compreendamos nosso papel no acompanhamento e fiscalização pública, não apenas de como andam as contas e as obras, mas também quais são os projetos e como eles terão sua perenidade garantida e estendida à comunidade propriamente dita. Sendo que quando falamos a respeito do nosso papel, queremos dizer que a organização e a iniciativa de massa podem ter sua parametrização dirigida pela participação acadêmico-universitária, configurando-se assim como uma oportunidade única para as universidades e a sua extensão social, sempre lembrada por todos e alvo de críticas a respeito de qual é realmente o seu alcance. Se a população que habita a "periferia" do sistema pode apresentar dificuldades para se fazer representar quando da elaboração dos projetos, por que não nos caberia ir até ela, compreendê-la de fato, saber quais são suas reais necessidades e, por fim, fazer com que o legado olímpico seja plenamente vivido? A comunidade universitária compõe os recursos humanos para esta tarefa, basta apenas que ela se sinta responsável pela posteridade dos fenômenos por nós mesmos denominados Esporte e Movimento Humano; sendo responsabilidade da mesma não permitir que a insegurança pública e acontecimentos paralelos roubem nossas atenções daquilo que nos cabe como ofício.

NESTA EDIÇÃO

Entrevista: Professores da EEFE falam sobre mudança na nomenclatura dos cursos	2
PET apresenta palestras em SIPATS	3
ENSAIO: Avaliação do risco cardiovascular no PET & AÇÃO	4
ENSAIO: Marketing esportivo: um recurso a ser explorado	5
Quadro de eventos	6
Tirinha	6

Entrevista

Diego Morine e Paula Avakian

Andrea M. Freudenheim e Umberto C. Corrêa

Professores da EEFE comentam a mudança na nomenclatura dos cursos de Educação Física

Na edição anterior do PETELECO, o grupo **PET EEFEUSP** realizou uma matéria abordando a mudança de nomenclaturas dos cursos de graduação anunciada pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) em diversos cursos como o de Engenharia, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências exatas e da terra, Comunicação, Artes e Humanidades. Com a Educação Física não será diferente; atualmente há 17 nomes de cursos relacionados com a área e com a nova proposta todos se chamarão apenas Educação Física.

Há na Universidade de São Paulo, além do curso de Educação Física, os cursos de Esporte e na USP Leste o curso de Ciências da Atividade Física. Nesse caso a mudança da nomenclatura será um problema já que o regimento interno da USP proíbe a criação de dois cursos com o mesmo nome em uma única cidade. A partir dessa problemática o PETELECO desse mês decidiu entrevistar os professores da EEFEUSP a fim de descobrir o que eles pensam a respeito.

Nossa primeira entrevistada foi a Prof. Dra. Andrea M. Freudenheim, membro da comissão de Graduação: *"Compreendo a necessidade de, diante de tão grande diversidade, sistematizar as nomenclaturas dos cursos com Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). No entanto, em implantando a proposta do MEC corre-se o risco de denominar de 'Educação Física' cursos com PPPs distintos."*

"Embora específicas, as áreas do Esporte e da Educação Física possuem uma base de conhecimento comum, relacionada ao movimento do corpo humano. Por isso, os cursos possuem um núcleo comum que relaciona disciplinas-mãe com as especificidades da área. Contudo, nos últimos quatro semestres há uma especialização do conteúdo programático. Enquanto no Bacharelado em Educação Física são desenvolvidos os conteúdos relacionados à elaboração de programas de educação física para cada uma das etapas do ciclo da vida (primeira infância, segunda infância, adolescência, idade adulta e idosa), no curso de Bacharelado em Esporte os graduandos estudam os processos e modelos de treinamento de diversas modalidades esportivas, bem como a gestão, a administração e o marketing esportivo. Em suma, apesar de considerarmos a tentativa do MEC de uniformizar a nomenclatura dos cursos de preparação profissional positiva, ressaltamos que ela deveria considerar as especificidades de atuação e formação profissional" dos cursos existentes. Como diz o ditado: 'nem 8 nem 80'."

Outro Entrevistado foi o Coordenador do curso de Bacharelado em Educação Física da EEFE, o Professor Livre-Docente Umberto César Corrêa: *"Acho que vale lembrar, primeiramente, há um aspecto importante chamado de autonomia universitária (da USP); ela está ligada diretamente ao Conselho Estadual da Educação do Estado de São Paulo, e, por isso, não necessariamente tem que seguir o que o Governo Federal impõe ou propõe. Isso faz, então, remetermo-nos aos méritos e à lógica da proposta. É aí que a falta de claridade repousa."*

"Se a proposta visasse alcançar, proporcionar ou contribuir para a formação e/ou consolidação da identidade acadêmica e profissional da educação física, eu acho que teria mérito. Vale lembrar que todos os conflitos, confusões e regressões em ambas as áreas têm estado fundamentados na falta de identidade ou de consenso sobre a identidade da educação física".

"Nesse caso eu não veria problema algum em criar "diretrizes". Me parece que as pessoas têm se assustado com essa palavra, e a tem confundido como "camisa de força sem flexibilidade". De uma forma simples eu digo que o que estaria em jogo (considerando o "se" a proposta visar contribuir para a formação acadêmica) seria uma direção a seguir. E nós já fazemos isso! Se não assim, nós não teríamos um núcleo comum. Ou, ainda, não teríamos tanta diversidade em termos de pesquisa num único curso de pós-graduação! Já se perguntaram por que há três diferentes cursos em uma mesma instituição? O que faz com que diferentes cursos (alto rendimento, magistério e não-escolar) estejam em uma mesma instituição?" "Na última reunião do Embu chegamos a discutir uma possível "saída" para esse "problema" que ainda não existia como tal. Uma das possibilidades apresentadas e apreciadas foi a criação de um único curso com habilitações. No meu modo de ver nosso currículo é sistêmico, o que, entre outras características, comporta simultaneamente comunalidade e diferença. Nós poderíamos muito bem ter diretrizes sem ferir a especificidade de cada curso que hoje temos."

Analisando a visão desses professores, nota-se como o assunto é delicado e que ainda vai gerar muitas discussões, pois a decisão acerca do que fazer em relação ao nome dos cursos pode mudar toda estrutura em que está baseado nosso curriculum.

Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT

Aline Toffoli e Alexandre Sasaki

Nos mês de setembro e outubro, o grupo PET-EEFEUSP realizou um Ciclo de Palestras relacionadas à prática de atividades físicas na Faculdade de Educação e na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Isso se deu devido à Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT - uma semana obrigatória pela alínea 0, item 5.16 da NR 5, portaria do Ministério do Trabalho e Emprego DSST n° 8/99, na qual a empresa proporciona aos seus colaboradores momentos de informações a respeito de prevenção e conscientização quanto à segurança e a acidentes no trabalho. O objetivo da proposta é transmitir informações importantes para a saúde do colaborador. Assim, pensando nos objetivos propostos pela SIPAT, o PET-EEFEUSP participou do evento através de palestras com cunho informativo sobre a prática saudável de atividades físicas visando à autonomia dos participantes, além de fornecer importantes informações sobre o ambiente de trabalho, uma vez que pequenas mudanças na estrutura laboral podem auxiliar na prevenção de lesões e aumento da qualidade de vida.

A atividade física regular proporciona múltiplos efeitos benéficos na antropometria (peso, estatura, IMC, dobras cutâneas), na função neuromuscular, nos sistemas metabólico e psicológico, além de servir na prevenção e tratamento de doenças como hipertensão arterial, enfermidade coronariana, osteoporose e muitas outras, melhorando, assim, significativamente, a qualidade de vida do indivíduo e sua independência. No entanto, de acordo com os dados encontrados por Andrade et. al., quando analisamos as barreiras na capital e nas cidades da região Metropolitana encontramos que as barreiras mais freqüentemente citadas para a não realização de atividades físicas são a) falta de equipamento; b) falta de tempo; c) falta de conhecimento; d) medo de lesão; e e) necessidade de repouso.

A partir disso, o grupo apresentou os seguintes temas: "Exercícios Aeróbios e Flexibilidade", "Exercícios de Força", "Atividades para o trabalho e para o dia-a-dia" e "Nutrição", cada um com duração de uma hora, divididos entre os dias do evento e partindo-se do princípio de que informar a população seja imprescindível para que as mesmas adquiram autonomia para tornarem-se ativas e as barreiras apresentadas sejam ultrapassadas.

Quanto aos trabalhadores, fornecer instruções sobre possíveis mudanças nos hábitos diários pode ajudar a melhorar sua qualidade de vida. O mundo do trabalho passou por muitas mudanças em suas dimensões organizacionais e administrativas devido aos novos paradigmas nas relações econômicas mundiais. Isso mudou a densidade, o ritmo e a quantidade de horas das jornadas de trabalho, o que fez emergir muitas doenças ocupacionais. Assim, a Ginástica Laboral surgiu com o intuito de prevenir estas lesões, aumentando, então, a produtividade empresarial e estimulando a qualidade de vida dos trabalhadores. Infelizmente, os estudos mostraram que não há relação direta dessa nova proposta com os benefícios prometidos, como a redução do absenteísmo e a prevenção de doenças profissionais, somente benefícios indiretos, como o estímulo de prática de atividades físicas, o que faz com que as pessoas procurem realizá-las fora do ambiente de trabalho, refletindo, agora sim, para melhores índices de capacidades físicas e menores taxas de doenças e/ou lesões. Conclui-se, assim, que um programa de ginástica laboral deve vir acompanhado de um programa de consultoria ergonômica, para que o trabalho dos exercícios dentro das sessões de laboral tenham seus efeitos perdurados durante toda a jornada de trabalho.

Para quem almeja outros patamares de qualidade de vida são necessárias ações em diferentes frentes nos hábitos do dia-a-dia. Assim como existe a necessidade de uma reeducação das atitudes relacionadas ao sedentarismo, há a necessidade de mudanças nos hábitos alimentares. A palestra oferecida para o SIPAT teve o intuito de despertar o interesse das pessoas sobre seus hábitos alimentares, de terem um embasamento para avaliá-lo e mudá-lo qualitativamente, e sempre com a recomendação para um acompanhamento mais específico com nutricionista. Uma das preocupações do grupo também foi de estabelecer a importância de uma alimentação adequada voltada a uma prática de atividade física, mostrando que a alimentação pode interferir tanto negativa, como positivamente sobre o desempenho físico e na sua recuperação, e podendo maximizar os benefícios da atividade física.

Acreditamos que através das palestras possibilitamos a muitas pessoas obter informações importantes sobre a atividade física e como realizá-la de maneira eficiente e segura, o que pode ter contribuído par aumentar o número de indivíduos ativos dentro da Universidade e, conseqüentemente, do Estado de São Paulo, possivelmente diminuindo os riscos de doenças hipocinéticas nesta mesma região, além de possibilitar aos ouvintes uma nova alternativa de práticas de lazer. As informações sobre ergonomia e ginástica laboral, conceitos que são muito cabíveis para a saúde e a qualidade de vida dentro de um ambiente de trabalho pode ter sido o primeiro passo para que os responsáveis sobre assunto dentro das unidades repensem suas políticas e modifiquem no que for cabível o ambiente em que muitos funcionários passam mais do que oito horas diárias, contribuindo, então, para a queda de visitas aos postos de saúde ou ao próprio Hospital Universitário.

ENSAIO: AVALIAÇÃO DO RISCO CARDIOVASCULAR DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA PET&AÇÃO

Guupo PET EEFEUSP

As doenças cardiovasculares lideram as causas de morte em nosso país. Seus fatores de risco, principalmente, obesidade, diabetes, hipertensão e dislipidemias são cada vez mais frequentes na população. Embora a prática de atividade física possa reduzir estes riscos, se realizada de forma inadequada, sem o devido acompanhamento profissional, pode representar uma ameaça ao indivíduo. O PET da EEFEUSP consiste em um programa que abrange os três domínios da universidade: ensino, pesquisa e extensão e sua atividade de extensão mais consolidada é o PET&AÇÃO, desenvolvido em 1999 com o intuito de oferecer aulas de condicionamento físico aos funcionários da Universidade, visando capacitar seus alunos na gerência de suas próprias atividades físicas para a manutenção de uma boa saúde e qualidade de vida. Assim, considerando-se a promoção da saúde e a prevenção de acometimentos durante a prática, torna-se essencial avaliar o risco cardiovascular e a adequação da prática de atividades físicas nos participantes do Programa.

Esse estudo teve como objetivo avaliar a presença de doenças, sintomas e fatores de risco cardiovascular e verificar a prática de atividades físicas dos integrantes do PET&AÇÃO.

A amostra foi composta por 15 pessoas, com idade média de 45 anos (88% dos participantes do PET&AÇÃO), sendo 9 homens e 6 mulheres. A avaliação constou de um questionário (dados pessoais, doenças, sintomas e fatores de risco cardiovascular e atividade física praticada), medidas antropométricas (peso, estatura, índice de massa corporal – IMC, circunferência da cintura), e medidas clínicas (pressão arterial, glicemia e colesterol).

Dentre os avaliados, nenhum relatou histórico de doenças cardiovasculares, e 7% apresentaram sintomas; 73% tinham pelo menos um fator de risco cardiovascular, sendo hipercolesterolemia o mais prevalente (47%); 27% eram hipertensos; 7% diabéticos; 40% se enquadraram no grupo de tabagismo, porém a maioria ex-fumante; 27% foram considerados obesos e 33% com sobrepeso. Com relação à prática de atividades físicas, 73% dos sujeitos praticavam outras atividades além das aulas do PET&AÇÃO, sendo as mais comuns, a caminhada e a corrida. A freqüência semanal desta atividade física variou de 2 a 5 vezes por semana e, quanto à duração da mesma, 45% realizavam 60 min ou mais por sessão, enquanto que o restante (55%) entre 15 e 50 min. A medida de frequência cardíaca para controle de intensidade não era utilizada por nenhum dos sujeitos.

Concluiu-se que, apesar da elevada prevalência de fatores de risco nesta população, o risco cardiovascular dos integrantes do PET&AÇÃO foi amenizado pelo fato de todos serem ativos, nenhum dos sujeitos apresentarem histórico de doenças cardiovasculares e pela prevalência de sintomas ser muito baixa.

REFERÊNCIAS

- American College of Sports Medicine. **ACSM´s guidelines for exercise testing and prescription.** 6ª ed, USA, 2000

- Ferrari AU, Radaelli A, Centola M. Physiology of aging. Invited review: aging and the cardiovascular system. **J Appl Physiol**, 2003; n. 95, p. 2591-2597.

- França NM; Vívolo, MA. Medidas antropométricas. In: Matsudo V. **Testes em ciências do esporte**. 5ª ed. São Caetano do Sul: CELAFISCS, 1995. p.19–31

- Heyward VH, Stolarczyk LM. **Applied Body Composition Assessment**. Champaign, IL: Human Kinetics, 1996

- Marcopito, LF et al. Prevalência de alguns fatores de risco para doenças crônicas na cidade de São Paulo. **Rev. Saúde Pública.** 2005, v.39, n.5, p. 738-745.

- Matsudo SMM. Evolução da aptidão física e capacidade funcional de mulheres ativas acima de 50 anos de idade de acordo com a idade cronológica. São Paulo, 2001. [Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina].

- Mendonça TT, Ito RE, Bartholomeu T, Tinucci T, Forjaz CLM. Risco cardiovascular, aptidão física e prática de atividade física de idosos de um parque de São Paulo. **R. Bras. Ci e Mov**. v.12(2), p. 19-24, jun. 2004

- Pasini V, Carvalho Filho ET, Papaleo Neto M. Principais cardiopatias. In: Carvalho Filho ET, Papaleo Neto M. **Geriatria: Fundamentos, Clínica e Terapêutica**. São Paulo: Ed. Atheneu, 1994. 133-153 p.

- Rego RA *et al*. Fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis: inquérito domiciliar no município de São Paulo, SP (Brasil). Metodologia e resultados preliminares. **Rev Saúde Pública**. 1990; v. 24 (4), p. 277 – 85.

- Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Hipertensão, Sociedade Brasileira de Nefrologia**. IV Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial**. Revista Hipertensão, 2006

- Souza, FP. Ontogenia: do nascimento à velhice**. Revista de Psicofisiologia**, vol.2, n.1 e 2, 1998.

- Yanowitz FG, LaMonte AM. Physical activity and health in the elderly**. Curr Sports Med Rep**, Dez. 2002; v. 1 (6), p. 354-361.

ENSAIO:

Cacilda Amaral

MARKETING ESPORTIVO: UM RECURSO A SER EXPLORADO

O Esporte hoje possui apelo mundial inquestionável, atravessando barreiras culturais, etárias e de renda, atingindo toda a população. O consumo esportivo, seja quando a pessoa participa do esporte ou mesmo quando o assiste, é uma das opções de lazer mais disseminadas na sociedade (MORGAN; SUMMERS, 2008) e que possui um vínculo com a emoção e as sensações que o esporte pode causar.

Por se tratar de um produto em que o envolvimento das pessoas com este carrega um grande aporte emocional, o produto esportivo apresenta particularidades que o tornam ao mesmo tempo desafiador e promissor. No mercado, as organizações esportivas, ao mesmo tempo competem e cooperam, os consumidores, por se encontrarem emocionalmente ligados ao esporte consideram-se especialistas e os produtos esportivos têm grande característica de intangibilidade e imprevisibilidade, são produzidos e consumidos simultaneamente, podem ser classificados tanto como de consumo como industriais e tem um apelo universal já citado, pois atinge a vida de todas as pessoas (SUMMERS; JOHNSON, 2000), ou seja, o produto esportivo é diferenciado, podendo ser explorado de diversas formas.

O marketing esportivo, definido por Shank (1999) como "aplicação especifica dos princípios e processos de marketing aos produtos esportivos e ao marketing de produtos não esportivos por meio da associação com o esporte", tem se estruturado de forma a poder explorar este universo. Outros autores ainda determinam este diferente enfoque denominando as vertentes "marketing do esporte" e "marketing no esporte". Para Campomar (1992), marketing do esporte diz respeito à promoção de uma modalidade esportiva para a população como forma de lazer utilizando-se das técnicas do marketing. Já o marketing no esporte é a utilização deste no mix de marketing de qualquer indústria de bem ou serviço, ou seja, utilização do esporte nas ações promocionais desta empresa. O que não podemos descartar é a interdependência entre estas duas vertentes propostas por Campomar (TEITELBAUM, 1997).

Muitas pessoas vêem o marketing esportivo apenas na forma de patrocínio de equipes e atletas e na promoção de modalidades a fim de atrair maior número de participantes e investimentos, mas o marketing moderno tem o objetivo de identificar as novas oportunidades do mercado e necessidades de investimentos em negócios e mídia visando sempre a criação de um novo produto esportivo que atenda a demanda e ao mesmo tempo apóie e venda outros produtos ou apóie marcas próprias.

O Esporte detém características singulares para o apoio e associação de marcas próprias. Quando pensamos em esporte, conceitos como superação, vitória, esforço, trabalho em equipe, perseverança, entre outros, estão muito associados a ele e é este tipo de imagem que o esporte oferece às empresas que a ele se associam. A ligação deste tipo de imagem ao produto dá às empresas acesso a emoções que lhes escapariam em uma abordagem que não se utilize do esporte (MORGAN; SUMMERS, 2008).

Importante ressaltar que a empresa deve escolher seu objeto de patrocínio levando em consideração a identidade empresarial e o DNA de sua marca (MORGAN; SUMMERS, 2008) que é a personalidade e identidade da marca da empresa, tentado adequar da melhor forma possível os valores passados pela instituição patrocinada e sua marca.

Do mesmo modo, clubes, associações e atletas devem construir a identidade de seus produtos e de sua marca para aliar a patrocinadores compatíveis. A partir do casamento de objetivos em comum, um adequado planejamento e uma estimativa de rendimentos, esta aliança entre as partes tende a ser duradoura e proveitosa para ambos (HANCOCK, 2003 apud MORGAN; SUMMERS, 2008). O marketing esportivo, aliado ao planejamento estratégico das organizações esportivas, é capaz de proporcionar as mesmas a atração e manutenção de novos patrocinadores e investidores, obtenção de fundos e conquista de associados bem como a manutenção e estabelecimento de fidelidade com os mesmos (MORGAN; SUMMERS, 2008).

O que não pode ocorrer é a dependência das estruturas esportivas por estas associações de patrocínio de forma a encarar a aliança como salvação. As associações esportivas devem se estruturar como empresas e elaborar e conduzir um planejamento estratégico e trabalhar de forma mais profissional para que os acordos de patrocínio firmados venham a ser realizados com maior planejamento e estudo. Dessa forma, não se cria dependência desta estrutura com os acordos de patrocínio e há a possibilidade de que a associação esportiva se alie a empresas que possam agregar valor à sua marca, indo um pouco além dos benefícios advindos do dinheiro recebido pelo acordo de patrocínio.

REFERÊNCIAS:

CAMPOMAR, M. C. Relações entre marketing e esporte. *Revista Marketing São Paulo*, v.26, n.233, p.54-56, 1992.

MORGAN, M. J.; SUMMERS, J. *Marketing Esportivo*. São Paulo: Thompson Learning, 2008.

SHANK, M. *Sport Marketing: a strategic perspective*. Nova York: Prentice Hall, 1999.

SUMMERS, J.; JOHNSON, M. *Sport marketing*. In: MORGAN, M. J., SUMMERS, J. *Marketing Esportivo*. São Paulo: Thompson Learning, 2008.

TEITELBAUM, I. *Marketing Esportivo: Um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1997.

HANCOCK, S. The status of sponsorship. *Redmandarin*, 2003.

QUADRO DE EVENTOS

Paula Avakian

Tirinha